



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

**CONTRATO N. 18 /2015**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA  
ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES  
TITULARES DE UNIDADES  
CONSUMIDORAS DO GRUPO B.**

A **COMPANHIA ELETRICIDADE DO AMAPÁ**, CNPJ nº 05.965.546/0001-09, com sede na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900, Bairro Santa Rita, Macapá/AP, doravante denominada distribuidora, em conformidade com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, neste ato representado pelo Chefe do Departamento Comercial, Sr. **SANDRO FÁBIO FERNANDES FREIRE**, brasileiro, portador do CPF nº 642.869.242-20, e pelo Chefe do Departamento de Controle da Medição Sr. **RAFAEL LEITE SANTOS**, brasileiro, portador do CPF nº 721.494.262-34, abaixo assinados, doravante denominada **DISTRIBUIDORA e Superintendência da Zona Franca de Manaus**, CNPJ nº 04.407.029/0001-43, com sede na Avenida Ministro Mário Andreazza, Manaus - AM, neste ato representado por seu Superintendente, em exercício, **Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras**, Carteira de Identidade nº 0828641-8 SSP/AM e CPF (MF) nº 334.972.652-68, nomeado pela Portaria nº 126, de 12 de fevereiro de 2012, publicada no D.O.U nº 34 de 16 de fevereiro de 2012, doravante denominado Consumidor, responsável pela unidade consumidora nº 2970899, situada na Avenida General Gurjão, 573, Bairro Central, Macapá/AP, aderem, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Grupo B, na forma deste Contrato de Adesão.

**DAS DEFINIÇÕES**

1. carga instalada: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
2. consumidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);
3. distribuidora: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
4. energia elétrica ativa: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. energia elétrica reativa: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
6. grupo B: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

7. indicador de continuidade: valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
8. interrupção do fornecimento: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
9. padrão de tensão: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a distribuidora deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;
10. ponto de entrega: conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
11. potência disponibilizada: potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;
12. suspensão do fornecimento: desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;
13. tarifa: valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa; e
14. unidade consumidora: conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação da prestação de serviços continuados de serviço de fornecimento de energia elétrica Baixa Tensão pela COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA, concessionária de serviço público de energia elétrica, com registro no CNPJ n.º 05.965.546/0001-09, com sede na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900, Bairro Santa Rita, Macapá/AP, com execução mediante o regime contratual de dispensa de licitação fundamentada no Art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93, para atender às necessidades da Sede da Área de livre comércio da SUFRAMA, instalada em Macapá/AP.

Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

Para fins de faturamento a componente de consumo, em kWh, será a "energia ativa" efetivamente registrada durante o mês.

Parágrafo primeiro: De acordo com a legislação e demais normas vigentes, a tarifa básica para o cálculo das faturas de energia elétrica será a que estiver homologada pela ANEEL em vigor na ocasião, para COMPANHIA ELETRICIDADE DO AMAPÁ. Todos os ajustes tarifários que venham a ser fixado pelos órgãos federais competentes para a COMPANHIA



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

ELETRICIDADE DO AMAPÁ serão aplicados ao faturamento, em conformidade com a legislação específica e demais normas em vigor.

Parágrafo segundo: Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e norma em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura.

Parágrafo terceiro: O faturamento será feito, para cada mês, em um período de aproximadamente 30 (trinta) dias, a partir da leitura mensal realizada nos medidores.

Parágrafo quarto: As faturas mensais serão apresentadas à CONTRATANTE com suficientes detalhes para que os cálculos possam ser conferidos. Entretanto, os prazos para pagamento não serão afetados por discussões entre as partes sobre questões de cálculos, devendo a diferença a favor de quem de direito, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente tão logo seja apurada. As faturas entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, por força do presente contrato, serão consideradas devidas a partir da sua apresentação e deverão ser pagas, no escritório da COMPANHIA ELETRICIDADE DO AMAPÁ, em MACAPÁ-AP, ou através de rede bancária por ela designada, impreterivelmente, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data de sua apresentação. Após tal prazo computar-se-ão multas por atraso e penalidades previstos na legislação vigente.

Parágrafo quinto: O pagamento à COMPANHIA ELETRICIDADE DO AMAPÁ será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal de fatura, devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo sexto: Na contagem do prazo estabelecido nesta Cláusula, para pagamento de contas, exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo sétimo: A CONTRATANTE responderá apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente contrato será por tempo indeterminado, e regulará as condições de fornecimento de energia à CONTRATANTE, a partir do período de 04/2015, conforme Orientação Normativa nº 36, de 13 de Dezembro de 2011.

**CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR MENSAL**

O valor mensal estimado dos serviços é de R\$ **1.723,00** (Hum mil setecentos e vinte e três reais).

**CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR GLOBAL**

O valor global estimado dos serviços é de **R\$24.811,00** (Vinte quatro mil oitocentos e onze reais) para todo o exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no exercício de 2015 a conta da seguinte Funcional Programática nº 22.122.2121.2000.0001, PTRES nº **089.568**, Elemento da Despesa **3390.39**, tendo sido emitida a Nota de Empenho **2015NE800167**, no valor estimado



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

de R\$ 24.811,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e onze reais), ficando o saldo remanescente à conta da dotação orçamentária consignada do orçamento vindouro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

1. receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
  2. ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
  3. escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela distribuidora para o vencimento da fatura;
  4. receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento, exceto quando se tratar de unidades consumidoras classificadas como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis;
  5. responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
  6. ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana para a solução de problemas emergenciais;
  7. ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à distribuidora sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora;
  8. ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;
  9. ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
  10. ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável a sua unidade consumidora e data de início de sua vigência;
  11. ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;
  12. ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;
  13. ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação da distribuidora ou da informação do consumidor;
  14. receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;
  15. ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, observadas as Condições Gerais de Fornecimento;"
- (Redação dada pela Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012)
16. ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

17. receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da distribuidora, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;
18. ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
19. ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
20. ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às normas e padrões da distribuidora e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
21. quando da suspensão do fornecimento, ser informado das condições de encerramento da relação contratual;
22. cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações para entidades ou outros serviços executados por terceiros por ele autorizada; e  
(Redação dada pela Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012)
23. ser informado sobre o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e sobre os critérios e procedimentos para a obtenção de tal benefício, se for o caso.
24. receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia elétrica.

**CLÁUSULA OITAVA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR**

1. manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
2. responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;
3. manter livre, aos empregados e representantes da distribuidora, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção;  
(Redação dada pela Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012)
4. pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
5. informar à distribuidora sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora;
6. manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à distribuidora, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;
7. informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial; comercial; industrial; rural; etc.) na unidade consumidora;
8. consultar a distribuidora quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada; e



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

9. ressarcir a distribuidora, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

**CLÁUSULA NONA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO**

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos itens 1 e 2 seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos itens 3 a 5:

1. deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;
2. fornecimento de energia elétrica a terceiros;
3. impedimento do acesso de empregados e representantes da distribuidora para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;
4. razões de ordem técnica; e
5. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E CONTRIBUIÇÕES DE CARÁTER SOCIAL**

A distribuidora pode:

1. executar serviços vinculados à prestação do serviço público ou à utilização da energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão e que o consumidor, por sua livre escolha, opte por contratar.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL**

Pode ocorrer por:

1. pedido voluntário do titular da unidade consumidora para encerramento da relação contratual;
2. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora; e"

(Redação dada pela Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012)

3. pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA**

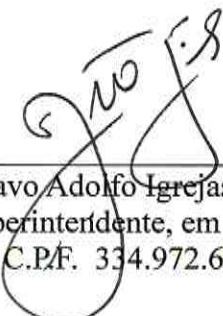
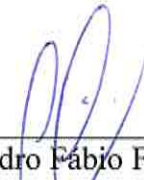
1. vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita para a distribuidora, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o consumidor pode contatar a ouvidoria da distribuidora;
2. a ouvidoria da distribuidora deve comunicar ao consumidor, em até 30 (trinta) dias, as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**Superintendência da Zona Franca de Manaus**  
**SUFRAMA**

3. sempre que não for oferecido o serviço de ouvidoria pela distribuidora, as solicitações e reclamações podem ser apresentadas pelo consumidor diretamente à agência estadual conveniada, ou, em sua ausência, diretamente à ANEEL.

Manaus, 29 de Maio de 2015.

| CLIENTE                                                                                                                                                                           | CONCESSIONÁRIA                                                                                                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>Gustavo Adolfo Igrejas Filgueiras<br>Superintendente, em exercício<br>C.P.F. 334.972.652-68 | <br>Rafael Leite Santos<br>Chefe do Departamento de Controle da<br>Medição<br>CPF nº 721.494.262-34 |
|                                                                                                                                                                                   | <br>Sandro Fábio Fernandes Freire<br>Chefe do Departamento Comercial<br>CPF nº 642.869.242-20      |

**TESTEMUNHAS:**

1.



RG:

CPF: 20293267200

2.



RG: 607.356-5

CPF: 234.880.022-15





## RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL COCEF/CGORF/SAD

3 - CONTRATADO  
3.1 RAZÃO SOCIAL:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ-CEA

3.2 CPF/CNPJ:

☒ CNPJ/MF Nº 05.965.546/0001-09

☐ CPF/MF N.

4 - CONTRATANTE  
4.1 RAZÃO SOCIAL:

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

4.1 CPF/CNPJ:

☒ CNPJ/MF Nº 04.407.029/0001-43

5 - INFORMAÇÕES CONTRATUAIS  
5.1 Nº. DO TERMO:

18 /2015

5.2 TIPO DO TERMO:

CONTRATO

6 - LICITAÇÃO  
6.1 MODALIDADE:

DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.2 Nº. E ANO:

12/2015

6.3 Nº. DO PROC. ADM.:

52710.001918/2014-77

6.4 OBJETO:

Serviço de fornecimento de energia elétrica Baixa Tensão, para atender às necessidades da Sede da Área de livre comércio da SUFRAMA, instalada em Macapá/AP.

6.5 FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93.

7 - VALORES  
7.1 VALOR GLOBAL DO TERMO:

R\$24.811,00(estimado)

8 - TERMO  
8.1 DATA VIGÊNCIA:

Prazo Indeterminado

8.2 DATA ASSINATURA:

29.5.2015

9 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS  
9.1 EMPENHO:

2015NE800167, de 28.4.2015

9.2 UNIDADE GESTORA:

193028

9.3 GESTÃO:

19205

10 - Elaborado POR:  
10.1 NOME:

Edilsa Mota Ferreira

10.2 CARIMBO VISTO:

10.3 DATA:

7.7.2015

10.4 ASSINATURA:

Edilsa Mota Ferreira

EM BRANCO